

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
BR Towers SPE1 S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da BR Towers SPE1 S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião



Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Towers SPE1 S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

BR Towers SPE1 S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2014	31/12/2013	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	5	31.016	62.374	Fornecedores		842	1.543
Contas a receber de clientes	6	10.042	7.618	Impostos a recolher		1.357	909
Impostos a recuperar		868	194	Empréstimos e financiamentos	9	19.293	12.255
Outras contas a receber		<u>-</u>	<u>17</u>	Contas a pagar a partes relacionadas	10	4.738	50.685
Total do ativo circulante		<u>41.926</u>	<u>70.203</u>	Outras contas a pagar		<u>1.192</u>	<u>819</u>
				Total do passivo circulante		<u>27.422</u>	<u>66.211</u>
Aplicação financeira em garantia	7	9.132	7.065				
Contas a receber com partes relacionadas	10	7.069	-	Empréstimos e financiamentos	9	298.127	293.279
Intangível		19	2	Provisão para desmobilização	11	<u>61.554</u>	<u>28.296</u>
Imobilizado	8	<u>520.306</u>	<u>502.109</u>	Total do passivo não circulante		<u>359.681</u>	<u>321.575</u>
Total do ativo não circulante		<u>536.526</u>	<u>509.176</u>	Patrimônio líquido	13		
				Capital social		211.369	211.369
				Prejuízos acumulados		<u>(20.020)</u>	<u>(19.776)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>191.349</u>	<u>191.593</u>
Total do ativo		<u>578.452</u>	<u>579.379</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>578.452</u>	<u>579.379</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	14	90.191	60.349
Custo dos serviços prestados	15	<u>(37.426)</u>	<u>(31.961)</u>
Lucro bruto		52.765	28.388
Despesas gerais e administrativas	16	<u>(12.929)</u>	<u>(9.419)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		39.836	18.969
Receitas financeiras	17	3.063	3.520
Despesas financeiras	17	<u>(43.143)</u>	<u>(41.418)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(40.080)</u>	<u>(37.898)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(244)</u>	<u>(18.929)</u>
Prejuízo por ação do exercício (expresso em R\$ por ação)		(0,00)	(0,07)
Prejuízo básico/diluído por ação		<u>(0,00)</u>	<u>(0,07)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo do exercício	<u>(244)</u>	<u>(18.929)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(244)</u></u>	<u><u>(18.929)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	261.369	(847)	260.522
Redução de capital	(50.000)	-	(50.000)
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(18.929)</u>	<u>(18.929)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	211.369	(19.776)	191.593
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(244)</u>	<u>(244)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u><u>211.369</u></u>	<u><u>(20.020)</u></u>	<u><u>191.349</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(244)	(18.929)
Ajustes de		
Depreciação e provisao de desmobilização	17.888	27.604
Juros sobre empréstimos e apropriação do custo da dívida	42.800	35.287
Rendimento de aplicação financeira de longo prazo	(850)	(141)
Variações no capital circulante		
Variação de ativos		
Contas a receber de clientes	(2.424)	(2.653)
Impostos a recuperar	(674)	(166)
Contas a receber com partes relacionadas	(7.069)	
Outros	17	(3)
Variação de passivos		
Fornecedores	(1.539)	367
Salários e encargos a recolher	-	(389)
Impostos a recolher	448	229
Contas a pagar a partes relacionadas	4.053	675
Outros	373	819
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>52.779</u>	<u>42.700</u>
Juros pagos	<u>(22.434)</u>	<u>(27.637)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>30.345</u>	<u>15.063</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(17)	-
Aplicação financeira	(1.217)	(5.026)
Aquisição de imobilizado	<u>(1.989)</u>	<u>(5.474)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(3.223)</u>	<u>(10.500)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Obtenção de empréstimos e financiamentos	-	300.000
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(8.480)	(251.368)
Redução de capital	<u>(50.000)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	<u>(58.480)</u>	<u>48.632</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(31.358)</u>	<u>53.195</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	62.374	9.179
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>31.016</u>	<u>62.374</u>
Variação do caixa e equivalentes	<u>(31.358)</u>	<u>53.195</u>
Variações de ativo e passivo que não afetam o caixa		
Redução de capital - nota 13	-	(50.000)
Passivo Circulante - parte relacionada	-	50.000
Aquisição de imobilizado não pago	838	-
Fornecedores a pagar referente a compra de imobilizado	(838)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas		
Receitas de locações	<u>99.387</u>	<u>69.400</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>19.538</u>	<u>7.003</u>
Valor adicionado bruto	79.849	62.397
Depreciação e amortização	<u>17.888</u>	<u>27.604</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>61.961</u>	<u>34.793</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>3.063</u>	<u>3.520</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>65.024</u>	<u>38.313</u>
Distribuição do valor adicionado		
Salários e encargos	10.808	4.530
Impostos, taxas e contribuições federais	9.196	6.420
Despesas administrativas	2.121	4.874
Despesas financeiras	43.143	41.418
Prejuízo do exercício	<u>(244)</u>	<u>(18.929)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>65.024</u>	<u>38.313</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BR Towers SPE1 S.A. ("Companhia") foi legalmente constituída em 17 de agosto de 2011, e possui sede na cidade de São Paulo, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, a comercialização de equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações e empreendimentos imobiliários, e a administração por conta própria de bens imóveis.

A Companhia atualmente desempenha como atividade preponderante a cessão de uso de infraestrutura compartilhada para a indústria de Telecomunicações (aluguel de infraestrutura).

Em 27 de setembro de 2012, a Companhia anunciou um investimento de R\$ 502.736 para aquisição de 1.912 torres de uma operadora de telecomunicações no Brasil, investimento este que foi efetivado em 29 de outubro de 2012.

Em 23 de janeiro de 2013 foi realizada uma reorganização societária resultando na alteração da estrutura organizacional da Companhia. A reestruturação está descrita cronologicamente a seguir:

- A controladora BR Towers S.A. (anteriormente denominada Belmonte Participações S.A.) teve a sua razão social alterada para BRT Holding 1 S.A.
- Na mesma data, a BRT Holding 1 S.A. conferiu a totalidade de sua participação no capital social da Companhia, no capital social da BRT Holding 2 S.A.
- Em ato contínuo, a BRT Holding 2 S.A. conferiu a totalidade da participação no capital social da Companhia, no capital social de uma nova companhia denominada BR Towers S.A.

Alinhado com essa reestruturação, parte substancial das obrigações administrativas e trabalhistas que estavam concentradas na Companhia foram conferidas à controladora direta BR Towers S.A. que absorveu toda a estrutura corporativa, gerindo os gastos mensais e rateando-os proporcionalmente entre as suas subsidiárias operacionais.

Com a reestruturação, a administração define a estrutura societária do Grupo BRT.

Em 29 de outubro de 2013, foi aprovada uma redução de capital de R\$ 50.000 da Companhia. O pagamento foi realizado em 03 de janeiro de 2014. A redução foi feita com os recursos provenientes da 2ª emissão de debentures, conforme descrito no Formulário de Referência (FR), "a destinação dos recursos da emissão foi liquidar antecipadamente a 1ª emissão de debênture da Companhia, compor a garantia de conta reserva e para redução de capital".

Em 13 de junho de 2014 foi assinado Contrato de Venda e Compra das Ações de emissão da BR Towers S.A (Companhia) e BRT Holding 1 S.A e BRT Holding 2 S.A. (controladoras) visando a transferência da totalidade das ações de emissão das empresas BRT para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 28 de outubro de 2014 e sua efetivação, em 19 de novembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o controle de 100% do capital foi transferido para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda., através da incorporação da BR Towers S.A.

2 Base de preparação

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o BR GAAP e de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2015.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas a seguir:

- Determinação do arrendamento financeiro operacional.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas notas explicativas:

- Nota 8 - Imobilizado
- Nota 11 - Provisão para desmobilização.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Arrendamentos

Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia não transfere os riscos e benefícios inerentes a propriedade para o arrendatário são classificados como arrendamentos operacional.

3.2 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Administração da Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que são prontamente convertidos em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento, baixa e mensuração

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não detém instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2014.

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por aluguel de torres de transmissão e *roof tops* para telefonia celular no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.4 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, menos a amortização acumulada, quando aplicável, e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (“*Impairment*”).

Softwares

Os softwares apresentam vida útil de 3 a 5 anos e são amortizados por este mesmo período pelo método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

3.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos dos custos de desmobilização, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado", deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Os custos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item de ativo imobilizado tem vida útil diferente, eles são registrados como itens individuais (componentes principais) de ativo imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
Torres e <i>roof tops</i>	25	15-25
Computadores e periféricos	5	5
Equipamentos de comunicação	5	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A Companhia reavaliou a vida útil de suas torres e *roof tops* em dezembro de 2013. A vida útil foi revisada para 25 anos. A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi reduzida em R\$ 8.220 em decorrência dessa revisão.

3.6 Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 não havia qualquer indicação de perda no valor recuperável de ativos.

3.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

3.9 Provisão para desmobilização

A provisão é realizada tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e *roof tops* instalados em imóveis alugados de terceiros, de forma a registrar a melhor estimativa, a valor de mercado, do montante de recursos necessários, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e ICPC 12 - "Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares".

A Companhia efetua o cálculo da estimativa para amortização da provisão de desmobilização tendo como base os estudos realizados por seus engenheiros e especialistas, que levam em consideração dados da indústria e estimativas do período de desmobilização das torres e *roof tops*. O valor registrado representa o valor atual dos custos estimados para desmobilização.

Alterações subsequentes na estimativa do custo de desmobilização são reconhecidas contra o ativo subjacente. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia revisou as estimativas dos custos e aumentou a provisão em R\$ 30.145 em contrapartida do ativo imobilizado.

3.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da locação das torres e *roof tops* no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita mensalmente tendo como base a utilização, pelo locatário, dos espaços locados pela Companhia, e quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

Em 31 de dezembro de 2014, 90% das receitas da Companhia estavam concentradas em um único cliente.

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.13 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variação cambial. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

3.15 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.16 Adoção das alterações contidas na Lei 12.973

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Lei 12.973 de 14 de maio de 2014.

Embora a Lei 12.973 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração definiu em não optar pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da Lei nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3.17 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.18 Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

3.19 Segmentos operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

As decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas nos serviços conjuntos de locação de torres de telecomunicações. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento.

3.20 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Algumas normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB ainda não foram incorporadas ao conjunto de pronunciamentos emitidos pelo CPC. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Caixa e equivalentes de caixa

É apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Contas a receber e outros créditos

A Companhia entende que o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras reflete o valor justo.

Fornecedores e outras contas a pagar

A Companhia entende que o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras reflete o valor justo.

Contas a pagar (Partes relacionadas)

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Bancos	27	1.262
Aplicações financeiras	<u>30.989</u>	<u>61.112</u>
	<u>31.016</u>	<u>62.374</u>

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a debêntures compromissadas de bancos de primeira linha remunerada a taxa de 100,56% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), resgatáveis em até 90 dias a contar de sua contratação.

6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se substancialmente a locação de torres e roof tops de telecomunicações para o cliente Vivo S.A., assim como receitas de compartilhamento e locação de solo para outras operadoras de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2014 o valor das contas a receber era de R\$ 10.042 (R\$ 7.618 em 31 de dezembro de 2013). A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil das contas a receber.

A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber. Não há valores vencidos em aberto nas contas a receber.

7 Aplicação financeira em garantia

A Companhia efetuou aplicações em Debêntures Compromissadas com remuneração de 100,56% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações financeiras foram efetuadas como depósito caução para garantia da 2ª emissão de debêntures da Companhia. De acordo com as cláusulas de covenants, a Companhia deve manter saldo médio em aplicação financeira até seu vencimento em 2014. Em 31 de dezembro de 2014 o valor dessas aplicações financeiras era de R\$ 9.132 (R\$ 7.065 em 31 de dezembro de 2013). Essa garantia respeita a cláusula de covenants, conforme descrito na Nota 9.

8 Imobilizado

Custo	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Móveis e Utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Total
Em 01 de janeiro de 2013	533.658	-	-	20	8	533.686
Adições	1.898	1.028	-	85	4	3.015
Em 31 de dezembro de 2013	535.556	1.028	-	105	12	536.701
Adições/ baixas	6.957	(1.028)	8	2	1	5.940
Custo de desmobilização	30.145	-	-	-	-	30.145
Em 31 de dezembro de 2014	572.655	-	8	107	13	572.786
Depreciação	Torres e Roof tops	Imobilização Em andamento	Móveis e Utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Total
Em 01 de janeiro de 2013	(6.987)	-	-	(1)	-	(6.988)
Adições	(27.588)	-	-	(15)	(1)	(27.604)
Em 31 de dezembro de 2013	(34.575)	-	-	(16)	(1)	(34.592)
Adições	(17.872)	-	-	(14)	(2)	(17.888)
Em 31 de dezembro de 2014	(52.447)	-	-	(30)	(3)	(52.480)
Valor contábil	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Total
Em 31 de dezembro de 2013	500.981	1.028	-	89	11	502.109
Em 31 de dezembro de 2014	520.208	-	8	79	10	520.306

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27, a Companhia realiza periodicamente avaliação da vida útil de seus ativos imobilizados.

Em dezembro de 2013 a Companhia revisou a vida útil do imobilizado sendo que Torres e roof tops possuíam vida média de 17 anos, passando para 25 anos. Em decorrência da revisão da vida útil do ativo imobilizado a despesa de depreciação mensal em 2014 foi de R\$ 1.492, enquanto em 2013 era de R\$ 2.177.

9 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2014	31/12/2013
Financiamentos no circulante	19.293	12.255
Financiamentos no não circulante	298.127	293.279
	317.420	305.534
	31/12/2014	31/12/2013
Movimentação do empréstimo		
Saldo inicial	305.534	249.252
Valor principal - captação (b)	-	300.000
Amortização de principal (a)	(8.480)	(251.368)
Juros apropriados no exercício	42.273	32.014
Pagamento de juros	(22.434)	(27.637)
Apropriação do custo da dívida	527	3.273
Valor final	317.420	305.534

(a) 1ª emissão de Debentures

Em 26 de outubro de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples no valor de R\$ 251.368, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. A Companhia captou o recurso com o Banco Santander, Banco do Brasil e Banco Votorantim por meio de integralização de debêntures, a um custo de CDI + 3,4% a.a., com um ano de carência de principal, e vencimento em 26 de outubro de 2022. Esse recurso foi utilizado para o financiamento de 50% (cinquenta por cento) do valor referente à aquisição, de 895 torres e 1.017 *rooftops* de telecomunicações de propriedade da Vivo S.A. Em 01 de novembro de 2013 a Companhia liquidou antecipadamente a primeira emissão de debêntures com pagamento total de R\$ 252.975.

Custos de transação

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 6.316 foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidênciação do valor líquido recebido, e no momento da liquidação antecipada, o saldo foi integralmente reconhecido no resultado.

(b) 2ª emissão de Debentures

Em 15 de outubro de 2013, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples no valor de R\$ 300.000, não conversíveis em ações, para distribuição pública, a um custo definido de IPCA + 7,4% a.a., os pagamentos de juros e principal serão realizados trimestralmente, iniciando em 15 de janeiro de 2014 e a última parcela em 15 de outubro de 2023. Esse recurso foi utilizado para a amortização antecipada total da 1ª emissão de debêntures da companhia, para compor a garantia de conta reserva e para redução de capital. São garantias dessa operação: (i) alienação fiduciária de 100% das ações e; (ii) Cessão Fiduciária dos direitos de crédito da Companhia.

Custos de transação

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 3.339 estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidênciação do valor líquido recebido. Os encargos financeiros da dívida são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de vencimento das debêntures.

O montante amortizado do custo das transações para o exercício foi de R\$ 527

Cláusulas contratuais - covenants

As debêntures emitidas possuem cláusulas contratuais de *covenants* que exigem determinadas condições como; não ter 2 *knots* de *downgrade* no *rating* da emissão; apenas distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio quando cumpridas algumas condições estabelecidas na escritura; manter durante a vigência da emissão o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em no mínimo 1,10; não contratar novos financiamentos em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000 e manter o índice de alavancagem acima de 30%.

1 - Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	31/12/2014
Fluxo de caixa ajustado	39.882
Caixa inicial s/ conta reserva	28.818
FCO - fluxo de caixa operacional	7.085
FCI - fluxo de caixa de investimento	(3.979)
Dívida onerosa	8.622
Amortização	2.690
Juros pagos	5.932
ICSD - Índice de cobertura de serviço da dívida	4,63

2 - Índice de Alavancagem

	31/12/2014
Capital social	211.369
Total passivo e patrimônio líquido	578.452
Índice de alavancagem	37%

A Companhia está atendendo as obrigações previstas e requisitos para cumprimento das cláusulas contratuais - *covenants*.

10 Partes relacionadas

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo não circulante		
BR Towers S.A (i)	5.065	-
SS BRTW S.A (ii)	423	-
BR Towers 3 S.A (ii)	<u>1.581</u>	<u>-</u>
	7.069	-
Passivo circulante		
BR Towers S.A (iii)	-	50.000
BR Towers S.A (iv)	<u>4.738</u>	<u>685</u>
	4.738	50.685

- (i) Em 18 de novembro de 2014 foi firmado um contrato de mútuo com a controlada direta BR Towers S.A no montante de 5.000, com vencimento em 60 dias, remunerado a 100% do CDI.
- (ii) O saldo refere-se à venda de ativos entre as empresas do grupo.
- (iii) Em 29 de outubro de 2013 foi aprovada uma redução de capital no montante de R\$ 50.000 sem o cancelamento de ações. O valor foi pago em 03 de janeiro de 2014, após o prazo legal para oposição de credores.
- (iv) O saldo refere-se ao montante líquido entre valores a pagar e a receber da controladora BR Towers S.A., por conta de despesas incorridas entre essas entidades, que são alocadas mediante critério de rateio previamente definido pela controladora, aplicado de maneira uniforme.

Com a reestruturação societária e organizacional mencionada na Nota 1, o Grupo BR Towers concentra os custos e despesas denominados “corporativos” na controladora que os repassa para suas subsidiárias.

Em 31 de dezembro de 2014 o critério de rateio seguido pelo Grupo BRT, foi assim determinado: (i) alocação direta dos salários e encargos para as respectivas subsidiárias de acordo com a alocação do efetivo operacional; (ii) rateio dos demais custos e despesas entre as subsidiárias e controladora de acordo com a proporção percentual do salário nominal do pessoal operacional entre as Companhia do Grupo BRT; e (iii) alocação de total de gastos com o pessoal alocado às atividades corporativas entre a controladora, a Companhia e demais subsidiárias do Grupo BRT mediante percentual estimado de dedicação das atividades corporativas face a demanda de alocação. Não houve alteração no critério de rateio no ano de 2014.

a. Remuneração do pessoal-chave

Pessoal-chave da administração do Grupo BRT inclui a presidência e toda a diretoria que juntos recebem uma remuneração mensal fixa paga e rateada pela Controladora no montante de R\$ 2.460 em 2014 (R\$ 2.268 em 2013)

b. Benefício pós-emprego

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a diretoria ou membros do Conselho de Administração.

11 Provisão para desmobilização

Os contratos entre a Companhia e os locatários dos espaços nos quais as torres e *roof tops* estão instalados, prevêm que os custos de desmontagem e remoção dos itens e que a restauração do local é de responsabilidade da Companhia.

Dessa maneira conforme estabelecido no CPC 27, a Companhia constituiu uma provisão para desmobilização tendo como base as estimativas de custos de desmobilização de torres e *roof tops* que leva em consideração os estudos realizados por engenheiros da Companhia e especialistas externos e quantidade de torres e *roof tops* em 31 de dezembro de 2014, e que refletem o custo presente da obrigação.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia revisou as estimativas dos custos e aumentou o passivo em R\$ 30.145.

12 Contingências

A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, de natureza trabalhista, tributária ou cível, que devam estar registrados ou divulgados nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2012, foi aprovado aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 261.368, mediante a emissão de 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação calculada de acordo com a legislação em vigor. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, nesta data.

Em 29 de outubro de 2013 foi aprovada uma redução de capital no montante de R\$ 50.000 sem o cancelamento de ações.

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social era de R\$ 211.369 representado por 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Conforme nota 10 (i) o valor da redução do capital social foi pago em janeiro de 2014.

b. Reservas

A Companhia apropriará, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos mínimos obrigatórios

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social da Companhia é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, depois de atendidas as disposições legais, o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído entre os acionistas, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. O pagamento de dividendos esta limitado a certas cláusulas contratuais conforme nota 9 b.

14 Receita operacional líquida

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas de locação de torres e <i>roof tops</i>	99.387	66.769
Impostos sobre receitas de locação	<u>(9.196)</u>	<u>(6.420)</u>
Receita operacional líquida	<u>90.191</u>	<u>60.349</u>

15 Custos das locações

	31/12/2014	31/12/2013
Encargos de depreciação (Nota 8)	17.888	27.589
Complemento de provisão de desmobilização	3.113	-
Manutenção e aluguel de solo	17.860	4.372
Creditos de impostos sobre depreciação	<u>(1.435)</u>	<u> </u>
Custos das locações	<u>37.426</u>	<u>31.961</u>

16 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2014	31/12/2013
Salários, encargos e provisão de participação nos resultados (i)	10.221	4.530
Serviços de consultoria	1.042	2.909
Despesas com aluguel	532	258
Despesa de benefícios a empregados	587	260
Despesas administrativas	332	296
Serviços jurídicos	73	676
Custos de publicações	61	184
Viagens e estadias	31	187
Despesas tributárias	34	104
Encargos de depreciação e amortização	<u>16</u>	<u>15</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>12.929</u>	<u>9.419</u>

(i) As despesas com salários, encargos e provisões são alocadas na Companhia de acordo com os critérios de rateio de despesas do Grupo BRT descrito na Nota 10.

17 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2014	31/12/2013
Despesas financeiras		
Juros/custo de captação sobre financiamentos	(22.694)	(36.913)
Variação monetária passiva	(19.580)	(4.157)
Outras	(869)	(348)
	<u>(43.143)</u>	<u>(41.418)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	<u>3.063</u>	<u>3.520</u>
Resultado financeiro Líquido	<u>(40.080)</u>	<u>(37.898)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R\$ 32.365. Em função de incertezas quanto à realização dos créditos tributários decorrentes do prejuízo fiscal e da base negativa acima mencionados, a Companhia não registrou os referidos créditos em seu balanço patrimonial.

19 Instrumentos financeiros

a. Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados freqüentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(i) **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

(ii) **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

(iii) Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa (a)	31.016	62.374
Contas a receber	10.042	7.618
Total	41.058	69.992

- (a) Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a debêntures compromissadas de bancos de primeira linha remunerada a taxa de 100,56% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), resgatáveis em até 90 dias.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor	Até	De	Acima
2014	Contábil	1 ano	2 a 5 anos	de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	842	842	-	-
Empréstimos e financiamentos	317.420	38.218	233.598	320.028
Outras contas a pagar	1.192	1.192	-	-
2013				
	Valor	Até	De	Acima
	Contábil	1 ano	2 a 5 anos	de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	1.543	1.543	-	-
Empréstimos e financiamentos	305.534	30.792	194.592	385.353
Outras contas a pagar	819	819	-	-

(v) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros podem impactar nos negócios da Companhia. A Companhia está sujeita ao risco de alterações da taxa de juros.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>Valor contábil</u>	
	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras	30.989	61.112
Aplicações financeiras em garantia	9.132	7.065

(vi) Análise de sensibilidade

O montante de 317.420 (100% do total) dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão indexados ao IPCA. A taxa atual do IPCA é 6,41%, a Companhia estima que na ocorrência de um aumento de 25% na referida taxa as despesas com juros teriam um incremento de R\$ 5.227 em relação ao cenário base. Caso o aumento da TJLP for de 50% as despesas de juros teria um incremento de R\$ 10.471 ante ao cenário base.

(vii) Valor justo

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

b. Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo que os valores contábeis são idênticos ao seu valor de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo:

31 de dezembro de 2014			
Descrição	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	27	-	27
Aplicações financeiras	30.989	-	30.989
Contas a receber de clientes	10.042	-	10.042
Ativo não circulante			
Aplicação financeira em garantia	9.132	-	9.132
Passivo circulante			
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	5.580	5.580
Empréstimos e financiamentos	-	19.293	19.293
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos		298.127	298.127

31 de dezembro de 2013			
Descrição	Empréstimos e Recebíveis	Custos amortizados	Total
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.262	-	1.262
Aplicações financeiras	61.112	-	61.112
Contas a receber de clientes	7.618	-	7.618
Ativo não circulante			
Aplicação financeira em garantia	7.065	-	7.065
Passivo circulante			
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	52.228	52.228
Empréstimos e financiamentos	-	12.255	12.255
Outras contas a pagar	-	819	819
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	-	293.279	293.279

20 Arrendamento operacional

A Companhia arrenda suas Torres e roof tops sob arrendamentos operacionais. No final do período de relatório, os pagamentos mínimos futuros de arrendamento sob arrendamentos não canceláveis são recebíveis como segue:

	2014	2013
Menos de um ano	57.829	54.175
Entre um e cinco anos	231.318	216.698
Mais de cinco anos	216.861	252.363

21 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra risco operacionais era composta por R\$ 5.000 para responsabilidade civil e riscos diversos estava contratada pela BR Towers S.A, companhia incorporada pela American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.